

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

**VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
DO RIO DE JANEIRO**

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

janeiro a dezembro de 2025

Embora o ano de 2025 não tenha sido de eleições ordinárias, demonstrou ser crucial para o aperfeiçoamento contínuo da democracia e a preparação estratégica do próximo pleito. De abril a dezembro de 2025, a Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (VPCRE) manteve um ritmo intenso de trabalho, focando em atividades que são essenciais para garantir a transparência, a segurança, a eficiência do serviço eleitoral e a prestação jurisdicional.

Nossas ações se concentraram em duas frentes principais: aprimorar as atividades realizadas em anos não eleitorais e lançar as bases sólidas para as Eleições Gerais de 2026. Neste sentido, este ano foi dedicado à consolidação e inovação dos sistemas e processos de trabalho, fundamentais para a eficiência na prestação do serviço jurisdicional e a celeridade processual, por meio da capacitação permanente de servidores das Zonas Eleitorais.

Com as Eleições Gerais de 2026 no horizonte, 2025 foi o ano de definição de prioridades e planejamento de ações. Os preparativos estão em andamento em diversas áreas-chave, tais como a capacitação em fiscalização da propaganda eleitoral para, também, auxiliar no combate à desinformação nas eleições, o alistamento eleitoral, a fim de garantir o direito ao voto do cidadão e os cursos de treinamento afetos aos mesários, garantindo que as equipes estejam preparadas para os desafios futuros no pleito de 2026.

O trabalho realizado em 2025 é a prova do nosso compromisso com a democracia. Os resultados detalhados das atividades e projetos desenvolvidos por esta VPCRE, de abril a dezembro de 2025, serão apresentados nas próximas seções deste relatório.

1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS

1.1 Projeto “Democracia Além das Grades”

O Projeto “Democracia Além das Grades”, que tem por objetivo “viabilizar o exercício do direito de voto dos presos provisórios e adolescentes internados em estabelecimentos educacionais, promovendo cidadania e inclusão democrática”, foi implementado com a instituição do Grupo de Trabalho Homônimo, por meio do Ato Conjunto PR/VPCRE nº 06/2025, que cuidará do projeto-piloto nas Eleições de 2026.

1.2 Projeto Modernização e Racionalização das Revisões de Eleitorado

O projeto de Modernização e Racionalização da Revisão de Eleitorado preconiza a dispensa do comparecimento presencial à revisão eleitoral para comprovação de domicílio do eleitor cujo vínculo com o município tenha sido validado por meio do cruzamento automatizado de dados com bases de órgãos públicos e concessionárias de serviços.

Tal medida, que prestigia a eficiência e a economicidade dos serviços eleitorais mediante a redução de custos operacionais, encontra amparo normativo na Resolução TSE nº 23.659/2021.

O projeto foi submetido à CGE-TSE, que se manifestou pela sua viabilidade, conforme consta no Ofício SEPC/COAJU/CGE 716/2025.

Para a validação do novo procedimento, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) propôs a implementação de um projeto-piloto em Mangaratiba/RJ em 2027, o que servirá de subsídio para o estabelecimento de um modelo replicável em âmbito nacional.

1.3 Monitoramento Processual

Foram realizadas diversas ações com o objetivo de melhorar a eficiência e a adequação processual das Zonas Eleitorais. Seguem abaixo:

1.3.1 - “Processos Paralisados há mais de 30 dias”

O principal objetivo foi identificar e solucionar casos de processos sem movimentação no PJe há mais de 30 dias, abrangendo todas as classes processuais. Foram realizados 2.650 disparos de alertas que contribuíram para a redução de processos pendentes de julgamento e baixa processual, correspondendo a mais de 12.000 processos que foram arquivados definitivamente nas Zonas Eleitorais.

1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS

1.3.2 - Ações Específicas para Prestação de Contas

Com o propósito de reduzir o acervo de processos de classes processuais específicas, foram efetuadas ações focadas, como a seguir:

- “Classe PCE”: total de 5.150 processos baixados e redução de 92% de processos pendentes de julgamento.
- “Classe PC-PP”: total de 929 processos baixados.

1.3.3 - Projeto “Lab 26”

A iniciativa contribuiu para o redesenho de fluxos processuais e a otimização da gestão processual local em Zonas Eleitorais. Participaram do projeto, neste período, três Zonas Eleitorais: 62ª ZE (Saquarema), 93ª ZE (Barra do Piraí) e 149ª ZE (Guapimirim).

1.3.4 - Impulso às Baixas Processuais

Foram adotadas medidas orientativas, com a realização de contato direto com as Zonas Eleitorais críticas por meio de medidas pontuais de orientação e acompanhamento, incluindo o envio de comunicados explicativos, resultando em expressivo aumento nas baixas em todas as classes processuais.

1.3.5 - “Ações Penais”

Esta ação teve como foco o saneamento e o impulso processual das ações penais em tramitação, com o objetivo de reduzir o acervo e promover maior celeridade na conclusão desses feitos, resultando em 43 baixas processuais.

Considerando que a ação penal é uma classe processual complexa e que demanda maior empenho técnico e tempo de tramitação, os resultados alcançados demonstram o impacto positivo da ação, que contribuiu para a redução do acervo de ações penais e para o fortalecimento da gestão processual nas unidades de 1º Grau.

1.3.6 - “Procedimentos Investigativos”

A iniciativa teve o objetivo de acelerar a tramitação das classes processuais inquérito policial e termo circunstanciado, a fim de promover, de forma mais célere, as decisões neste feitos. Foram emitidos 250 alertas para essas duas classes sem movimentação processual por mais de 30 dias.

Como resultado, houve o alcance de 215 procedimentos decididos e 245 baixas processuais.

1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS

1.3.7 - Projeto “Alertas Zonas”

Projeto desenvolvido com o objetivo de automatizar o envio de avisos às Zonas Eleitorais e o monitoramento das movimentações processuais, com foco em identificar atipicidades e notificar os cartórios eleitorais, garantindo agilidade e eficiência na gestão processual.

Por fim, vale destacar que, entre abril e dezembro de 2025, tramitaram, aproximadamente, **14 mil processos** de casos novos no 1º grau da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, dos quais, **11,5 mil foram julgados e baixados definitivamente, alcançando 82,15% do acervo julgado e baixado neste período.**

Houve expressivo quantitativo de baixas processuais, com destaque para as seguintes classes:

Classe Processual	Processos Baixados
Prestação de Contas Eleitorais	8.906
Prestação de Conta de Partido Político	1.450
Requerimento de Regularização e Omissão de Prestação de Contas Anual	457
Requerimento de Regularização e Omissão de prestação de Contas Eleitorais	226
Suspensão de Órgão Partidário	105
Cumprimento de Sentença	307
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	147
Ação Penal Eleitoral	88
Representação	106

Os resultados evidenciam o impacto positivo das ações de orientação, monitoramento e tratamento adotados por esta Corregedoria no período, refletindo diretamente na redução do acervo processual e na melhoria da prestação jurisdicional pelas unidades de 1ª instância.

Destaca-se que o maior volume de processos baixados foi da classe de prestação de contas eleitorais, representando, aproximadamente 75% do acervo.

1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS

1.4 Ações com foco no Prêmio CNJ de Qualidade

1.4.1 - Saneamento de pendências de qualificação das partes

O objetivo principal foi sanear as pendências de CPF ou CNPJ das partes nos processos judiciais. Como resultado, 100% das pendências no polo ativo e 45% das pendências no polo passivo foram resolvidas, com avanços significativos na integridade cadastral.

1.4.2 - Saneamento de pendências no campo "Representante"

Foram emitidos 35 alertas direcionados a processos com pendências no campo "Representante", abrangendo feitos de diversas classes processuais de conhecimento em tramitação nas Zonas Eleitorais.

Como resultado, foram identificadas 53 pendências, das quais 16 foram solucionadas. As pendências não resolvidas referem-se a partes ainda não citadas ou que não constituíram patrono. Esta ação está em fase de teste, com potencial de expansão para outras Zonas Eleitorais em médio prazo.

1.5 Ampliação da Plataforma Radar

A Plataforma Radar, ferramenta criada para auxiliar as Zonas Eleitorais na autogestão processual, sobretudo pelo acesso consolidado a informações de diversos sistemas eleitorais, foi aprimorada com a inclusão de um painel dedicado às informações oriundas do "Sistema de Apoio a Partidos em Formação (SAPF)". Este novo painel do SAPF viabilizou a realização simplificada de consultas e o envio de mensagens de alerta referentes às seguintes situações:

- Quantidade de lote de apoio eletrônico pendente: apresenta os apoios à criação de partidos em formação existentes no SAPF, tipo assinatura eletrônica, na situação "Aguardando Abertura de Prazo para Impugnação".
- Quantidade de lote de apoio na situação "aguardando análise" há mais de 30 dias: apresenta os apoios, tipos de assinatura (manuscrita ou eletrônica), na situação "Aguardando análise" há mais de 30 dias.

Já o novo painel de Cadastro Eleitoral oferece informações sobre Lotes, Coincidências, Banco de Erros e Diligências de cada Zona Eleitoral.

O painel de Metas Nacionais foi reformulado para propiciar o acompanhamento em tempo real do cumprimento das Metas Nacionais 1, 2 e 4 do CNJ. Além disso, foi desenvolvida uma consulta de processos prioritários que indicam os processos que impactam mais de uma meta ao mesmo tempo,

1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS

otimizando a gestão processual para o cumprimento das metas e aumentando a eficiência no resultado final.

Ainda, a Plataforma Radar faz o envio de alertas para o e-mail das Zonas Eleitorais com o objetivo de evitar atrasos no processamento dos feitos.

1.6 Capacitações e Treinamentos

1.6.1 - Projeto “Gestão Cartorária”

Capacitação voltada a desenvolver, inicialmente, habilidades básicas de gestão processual nas Zonas Eleitorais e adoção de estratégias com foco nas Metas 1, 2 e 4 do CNJ.

O projeto se desdobrou em uma segunda fase, com ênfase em processos judiciais, em especial nos aspectos práticos da gestão processual e no uso estratégico de dados, identificando gargalos processuais e atuando na interpretação de indicadores e gráficos em simulações práticas com base em dados processuais.

1.6.2 - Curso Prático de Processamento Judicial e Operações no PJe 1º Grau

Este projeto tem o propósito de promover uma ampla capacitação prática e direcionada ao domínio das principais funcionalidades e rotinas processuais do sistema PJe, incrementando a produtividade processual, a autonomia e a eficiência das unidades judiciais de 1º grau.

Entre os principais desafios, destaca-se a concentração das atividades de processamento em um único servidor, o que pode acarretar riscos operacionais, como sobrecarga de trabalho, descontinuidade de serviços em caso de ausências e execução inadequada de procedimentos por falta de capacitação.

1.6.3 - Treinamento prático sobre os sistemas Infodip e Justifica

Foi promovido um treinamento presencial para os servidores, que ingressaram em 2025 neste Tribunal, no qual foram abordadas teoria e prática com o manejo dos referidos sistemas.

1.6.4 - Curso "Fiscalização da Propaganda Eleitoral: Aspectos Legais e Práticos”

Objetivo: compreender os conceitos correlatos à fiscalização de propaganda e ao direito de resposta.

1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS

-Modalidade: virtual síncrono e disponibilização dos vídeos no Portal de Educação à Distância (Portal EAD) do TRE-RJ.

-Público-alvo: Servidores e servidoras com lotação em zonas eleitorais.

1.7 Finalização dos Processos de Revisão do Eleitorado do Programa de Identificação Biométrica 2019-2020

Foram concluídos os procedimentos de Revisão do Eleitorado em 34 (trinta e quatro) municípios fluminenses que integraram o Programa de Identificação Biométrica 2019-2020: Arraial do Cabo, Mendes, Bom Jesus do Itabapoana, Miracema, Cantagalo, Natividade, Carapebus, Porciúncula, Cardoso Moreira, Porto Real, Carmo, Quatis, Comendador Levy Gasparian, Quissamã, Conceição De Macabu, Rio Claro, Cordeiro, Santa Maria Madalena, Duque de Caxias, São Fidélis, Engenheiro Paulo de Frontin, São João de Meriti, Iguaba Grande, São José do Vale do Rio Preto, Italva, Sapucaia, Itaocara, Silva Jardim, Laje do Muriaé, Sumidouro, Macuco, Varre-Sai, Magé e Vassouras.

Os 28 procedimentos restantes, que se encontravam sobrestados, aguardando o restabelecimento do atendimento biométrico, suspenso em virtude da pandemia de Covid-19, foram submetidos a julgamento em Plenário. Foi aplicado o cancelamento circunstanciado das inscrições eleitorais dos eleitores que não compareceram ao procedimento revisional, com a exclusão do rol de canceláveis das inscrições que foram objeto de transferência e revisão, bem como daquelas utilizadas para o exercício do voto em pelo menos um dos turnos das eleições 2022 ou 2022, em conformidade com a decisão proferida pela Corregedoria-Geral Eleitoral nos autos do processo SEI TSE nº 2020.00.000003619-0, relativa a outras revisões de eleitorado realizadas entre 2019 e 2020.

1.8 Gestão do Processo “Fiscalizar Propaganda Eleitoral”

Como unidade gestora do processo “Fiscalizar Propaganda Eleitoral”, a Corregedoria publicou, no Portal da Estratégia do TRE/RJ, os boletins trimestrais com os respectivos eventos, riscos e análise de desempenho.

1.9 Simplificação do fluxo de saneamento das inspeções

Em agosto/2025, foi iniciado o projeto-piloto de tramitação do saneamento de inspeções de ciclo por meio do sistema PJeCor, com a elaboração de manual e acompanhamento das atividades realizadas pelo cartório da 254ª ZE no referido sistema.

1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS

A partir de outubro de 2025, o saneamento dos achados de Inspeção de Ciclo passou a tramitar no sistema PJeCor, por meio do acesso às Zonas Eleitoral pelas procuradorias, eliminando a necessidade de inaugurar processo no sistema SEI exclusivamente para essa finalidade.

1.10 Participação na Ambientação dos novos servidores no TRE-RJ

A Vice-Presidência e Corregedoria contribuiu para a ambientação dos servidores que ingressaram no Tribunal em 2025, advindos do concurso público ocorrido em 2024. As Coordenadorias e Assessorias desta VPCRE apresentaram os respectivos trabalhos realizados com a finalidade de que estes novos servidores recebam as informações necessárias, por meio de um treinamento básico, sobre as funcionalidades dos principais serviços eleitorais.

1.11 Projetos Premiados

Os projetos Codame e Plataforma Radar, de iniciativa desta VPCRE, foram agraciados com 2 prêmios. Um deles foi o Prêmio Inovação do Poder Judiciário 2025, promovido pelo CNJ. O outro foi o Selo Boa Prática CGE/TSE 2024/2025, promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

2. DEMAIS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

2.1 Atualização ou elaboração de rotinas cartorárias

RC 14	Apoiar Autoinspeção, Inspeção e Correição, Elaborar Relatórios de Saneamento, Circunstanciados e Anual de Atividades - Revisão 05.
RC 29	Processar inconformidades biográficas e biométricas de inscrições eleitorais - Revisão 05.
RC 40	Processar Retificação ou Exclusão de Códigos de ASE - Revisão 01.

2.2 Elaboração e atualização de manuais e tutoriais de orientação às Zonas Eleitorais

Disponibilização, na página da VPCRE na Intranet do TRE/RJ, de mensagens eletrônicas direcionadas às zonas eleitorais com orientações quanto às matérias relativas ao cadastro eleitoral;

Pesquisas para a atualização da Nova Tabela de Crimes que ensejam inelegibilidade (LC 64/90);

Atualização do Manual Prático PJE 1º Grau, quanto ao conteúdo do anexo XI TUTORIAL "COMO AUTUAR LISTA DE APOIAMENTO";

Atualização do material "RESUMO ATENDIMENTO - REALIZAÇÃO DE REQUERIMENTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL — RAE ", que auxilia os novos servidores e os servidores que atuarão em ações da Justiça Itinerante e na Central de Atendimento ao Eleitor da SEDE;

2.3 Disponibilização de arquivos na intranet e na internet

Modelo sugestivo para informação inicial no SEI - Saneamento de autoinspeção ou inspeção;

Modelo sugestivo de informação inicial para PJE de autoinspeção;

Documentos/processos a serem vistados em autoinspeção 2025;

2. DEMAIS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

onibilização de mensagens eletrônicas direcionadas às zonas eleitorais com
ntações quanto às matérias relativas ao cadastro eleitoral;

ntações para elaboração de relatório de autoinspeção nos casos de
ularidades ou má prática;

ntações para preenchimento do PROCEDIMENTO DE AUTOINSPEÇÃO 2025 DO
O (PAINEL DE CONTROLE E ROTEIROS) - versão 25/03/2025;

ntações para Autoinspeção 2025 - Atualizado em 17/07/2025;

ção de dados para inclusão no processo de autoinspeção - versão 17/07/2025;

oração do "Quadro Principais Eventos e Datas" SEAAZE - Eleições Suplementares
ês Rios;

lha com relação de procedimentos disciplinares em tramitação;

ial de acesso à Plataforma Radar para os magistrados e Gravação da reunião
al com os Juízes Eleitorais sobre a Plataforma Radar;

ção da página "Revisões do Eleitorado do Programa de Identificação Biométrica
/2020" dentro do menu Cadastro Biométrico", no Portal do TRE-RJ na internet.

2.4 Criação e atualização de bases de conhecimento de processos SEI

"Processo Para Elaboração De Ata De Inspeção De Ciclo" - janeiro/2025;

"Processo de acesso a dados do cadastro eleitoral – ZE";

"Processo para gerir fornecimento de informações do cadastro eleitoral aos
Legitimados";

"Processo de Investigação Preliminar em Face de Servidor";

"Processo para registro dos atos relativos ao Incidente de Insanidade Mental";

"Processo para registro dos atos relativos à elaboração de Termo de Ajustamento de
Conduta – TAC";

"Prestação Jurisdicional - Processo de solicitação de acesso ao SNGB";

2. DEMAIS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

"Comprovante de requerimento de transferência temporária do eleitor";

"Processo de registro de informação de código de ASE - exceto direitos políticos".

2.5 Cadastramento dos agentes públicos como usuários dos sistemas externos e internos gerenciados pela Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

Cadastramento nos sistemas:

INFODIP	SEEU
BNMP 3.0	SERASAJUD
CNIB	SIEL
CRCJUD	SISBAJUD
INFOJUD	INSCREVE FÁCIL
RENAJUD	SNGB

2.6 Atos Normativos

Esta Vice-Presidência e Corregedoria elaborou, ou participou da elaboração, de diversos normativos, entre eles:

PROVIMENTO VPCRE Nº 01/2025	Estabelece as diretrizes para o atendimento de eleitores e das pessoas não alistáveis que buscam a coleta de dados biométricos nas serventias eleitorais fluminenses, para fins de solicitação de benefícios operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
ATO CONJUNTO PR/VPCRE TRE-RJ Nº 6, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025	Institui no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro grupo de trabalho para coordenar e integrar as ações do projeto "Democracia Além das Grades", objetivando viabilizar o exercício do voto por presos provisórios e adolescentes em unidades de internação nas Eleições 2026.
AVISO VPCRE Nº 12/2025	Reforça procedimentos cartorários em virtude do novo módulo "Débitos" do Sistema ELO.

2. DEMAIS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

O VPCRE Nº 14/2025	Divulga a versão atualizada do Manual Prático PJE 1º Grau.
O VPCRE Nº 20/2025	Divulga atualização do sistema ELO, contemplando nova certidão simplificada de dados cadastrais e biometria.
O VPCRE Nº 25/2025	Divulga orientações relativas à atualização do nome civil no cadastro eleitoral em virtude de alteração do sobrenome resultante de união estável.
O VPCRE Nº 39/2025	Divulga o Relatório Final de Avaliação do Processo de Fiscalização da Propaganda Eleitoral - Eleições 2024.

2.7 Tramitação de processos administrativos

Elaboração de minutas de despachos e decisões nos processos administrativos referentes à exclusão, inclusão e retificação dos códigos de ASE, bem como nas atualização de dados pessoais (ex: CPF) e reversões de operações equivocadas de RAE;

Autuação e elaboração de minuta de despacho e ofícios nos processos referentes ao cancelamento de inscrição eleitoral considerando comunicações de irregularidade no alistamento eleitoral e acompanhamento das providências adotadas pelas Zonas Eleitorais;

Autuação e elaboração de minuta de despacho e ofícios nos processos referentes às solicitações de dados do cadastro eleitoral;

Autuação e elaboração de minuta de despacho e ofícios nos processos referentes às comunicações de alteração de dados do cadastro eleitoral recebidas em atendimento ao determinado no Provimento nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como no artigo 56, § 3º da Lei 6015/1973 com a redação dada pela Lei 14.382/2022;

Autuação e elaboração de minuta de despacho e ofícios nos processos referentes às pendências de coletas biométricas e acompanhamento das providências adotadas pelas Zonas Eleitorais;

Elaboração de minutas de despachos e decisões nos processos administrativos referentes à exclusão e retificação dos códigos de ASE relativos a direitos políticos;

2. DEMAIS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

Elaboração de minutas de despachos nos PJes da classe Direitos Políticos;

Elaboração de minuta de despacho nos processos de inativação da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos e acompanhamento do tratamento pelas Zonas Eleitorais;

Processamento dos feitos relativos às coincidências de inscrição eleitoral com registro na Base de Perda e Suspensão dos Direitos Políticos, além do acompanhamento do tratamento pelas Zonas Eleitorais;

Processamento relativo às comunicações de interdição, conscrição, condenação criminal, condenação por improbidade administrativa e inelegibilidades recebidas fora do Sistema INFODIP;

Elaboração de minutas de despachos e decisões nos processos administrativos referentes à exclusão e retificação dos códigos de ASE relativos a direitos políticos;

2.8 Sistema INFODIP

- Cadastramento e atualização de usuários no Sistema INFODIP;
- Tratamento e controle dos pedidos de acesso ao Sistema INFODIP formulados por cartórios de registro civil e pessoas naturais (RCPNs) a fim de comunicar a este Regional as comunicações de óbito de cidadãos alistáveis, nos termos e prazo previsto no § 3º do art. 71 do Código Eleitoral (Lei nº 4737/65);
- Acompanhamento da remessa das comunicações de óbito pelos Cartórios de Registro Civil, por meio da consulta a relatório do sistema INFODIP;
- Tratamento das comunicações de óbito recebidas diretamente através do Sistema INFODIP, realizando a análise para fins de remessa às Zonas Eleitorais envolvidas ou arquivamento quando a pessoa falecida não for inscrita no cadastro eleitoral;
- Acompanhamento e fiscalização das Zonas Eleitorais quanto ao tratamento das comunicações de óbito oriundas do sistema INFODIP;
- Tratamento e controle dos pedidos de acesso ao Sistema INFODIP formulados por órgãos externos a fim de comunicar a este Regional os casos de condenação criminal, inelegibilidade, conscrição, extinção de punibilidade e término do serviço militar obrigatório;
- Acompanhamento e fiscalização das Zonas Eleitorais quanto ao tratamento das comunicações de condenação criminal, inelegibilidade, conscrição, extinção de punibilidade, acordo de não persecução penal, acordo de não persecução cível e término do serviço militar obrigatório por meio de consulta a relatórios emitidos pelos sistemas ELO e INFODIP;

2. DEMAIS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

2.9 Sistema ELO

- Tratamento e controle dos pedidos de acesso ao Sistema ELO formulados por servidores lotados na Sede do Tribunal a fim de melhorar a gestão de segurança da informação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados;
- Acompanhamento e fiscalização das Zonas Eleitorais quanto ao tratamento dos casos de banco de erros, RAE's em diligência, coincidências biográficas, bem como dos lotes de RAE pendentes de envio para processamento através de consulta a relatórios emitidos pelo sistema ELO;
- Acompanhamento dos RAEs pendentes de coleta biométrica, a fim de atender o disposto no art. 8º, § 2º da Resolução TSE Nº 23.659/2021.

2.10 Sistema de Informações Eleitorais (SIEL)

Atendimento às consultas de dados efetuadas através do Sistema SIEL.

2.11 Acompanhamento e fiscalização das Zonas Eleitorais

Acompanhamento e fiscalização das Zonas Eleitorais quanto ao tratamento adequado das comunicações de óbito e direitos políticos, requerimentos de justificativa, banco de erros, RAE's em diligência, coincidências biográficas, coincidências entre inscrição eleitoral e a BPSDP, bem como dos lotes de RAE pendentes de envio para processamento através de consulta a relatórios emitidos pelos sistemas ELO, INFODIP e JUSTIFICA.

2.12 Apoio às ações da justiça itinerante do TRE/RJ

A VPCRE prestou apoio às ações da Justiça Itinerante abaixo realizadas:

- 12 (doze) ações realizadas nos municípios de Angra dos Reis, Aperibé, Areal, Bom Jardim, Duas Barras, Cabo Frio, Itaperuna, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Tanguá;
- 06 (seis) Mutirões Interinstitucionais (Levando Cidadania, Mutirão do Trabalhador, Registra-se! Semana Nacional do Registro Civil, Mutirão de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, POPRUAJUD 2025, Comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com deficiência); e,
- 03 Ações Socioeducativas da EJE "Partiu Votar", ocorridas nos municípios de Barra do Piraí, Petrópolis e Teresópolis.

2. DEMAIS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

2.13 Tratamento dos requerimentos Título Net e atendimento presencial de eleitores

De abril a dezembro de 2025, foram realizados 434.146 Requerimentos de Alistamento Eleitoral nas unidades de atendimento da Justiça Eleitoral Fluminense, parte destes requerimentos foram oriundos das 139.764 solicitações *web* realizadas pelas eleitoras e eleitores no Título Net.

2.14 Acompanhamento das atividades cartorárias

Foram realizados controles periódicos dos cartórios eleitorais com o intuito de verificar a conformidade dos procedimentos na consecução das seguintes tarefas:

- Monitoramento do tratamento de multas pagas = 14;
- Monitoramento do tratamento das Solicitações *Web*/Requerimentos Título Net = 7;
- Monitoramento do tratamento dos processos Composição de Mesa Receptora (CMR) = 10 / Regularização da Situação do Eleitor (RSE) (Regularização da Situação do Eleitor - isenção das sanções legais decorrentes da ausência de alistamento ou do não exercício do voto) = 7;
- Lista de Apoioamento para Criação de Partido Político (LAP) = 5;
- Monitoramento do tratamento das denúncias de propaganda eleitoral irregular.

2.15 Inspeções em Zonas Eleitorais

Foram realizadas 29 inspeções de ciclo nas Zonas Eleitorais no decorrer de março de 2025 a dezembro 2025:

MÊS	ZONA ELEITORAL	LOCALIDADE	MODALIDADE
MARÇO	032ª Zona Eleitoral	Rio Bonito	SEMI-PRESENCIAL
MARÇO	184ª Zona Eleitoral	Rio das Ostras	SEMI-PRESENCIAL
MARÇO	254ª Zona Eleitoral	Macaé	SEMI-PRESENCIAL
ABRIL	149ª Zona Eleitoral	<u>Guapimirim</u>	SEMI-PRESENCIAL

2. DEMAIS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

MÊS	ZONA ELEITORAL	LOCALIDADE	MODALIDADE
ABRIL	198ª Zona Eleitoral	Resende	SEMI-PRESENCIAL
MAIO	152ª Zona Eleitoral	<u>Belford Roxo</u>	SEMI-PRESENCIAL
MAIO	153ª Zona Eleitoral	<u>Belford Roxo</u>	SEMI-PRESENCIAL
MAIO	155ª Zona Eleitoral	<u>Belford Roxo</u>	SEMI-PRESENCIAL
JUNHO	026ª Zona Eleitoral	Nova Friburgo	SEMI-PRESENCIAL
JUNHO	222ª Zona Eleitoral	Nova Friburgo	SEMI-PRESENCIAL
JUNHO	052ª Zona Eleitoral	Cordeiro	SEMI-PRESENCIAL
JULHO	112ª Zona Eleitoral	Miracema	VIRTUAL
JULHO	245ª Zona Eleitoral	Santa Cruz/RJ	SEMI-PRESENCIAL
JULHO	246ª Zona Eleitoral	Santa Cruz/RJ	SEMI-PRESENCIAL
AGOSTO	105ª Zona Eleitoral	Itaguaí	SEMI-PRESENCIAL

2. DEMAIS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

MÊS	ZONA ELEITORAL	LOCALIDADE	MODALIDADE
NOVEMBRO	061ª Zona Eleitoral	Sapucaia	VIRTUAL
DEZEMBRO	091ª Zona Eleitoral	Barra Mansa	VIRTUAL
DEZEMBRO	094ª Zona Eleitoral	Barra Mansa	VIRTUAL

Além das inspeções realizadas, houve o acompanhamento do tratamento pela ZE e análise pela SEINCO do saneamento de 15 inspeções de ciclo realizadas em 2024 e 2025, exame de 5 relatórios circunstanciados elaborados em razão da alteração da chefia de cartório e o apoio à execução das autoinspeções anuais pelas 165 unidades do primeiro grau de jurisdição e de 3 autoinspeções iniciais.

2.16 Controle do Cadastro Eleitoral

2.16.1 - Cancelamento de título por ausência às urnas por 3 pleitos consecutivos

O Provimento CGE nº 01/2025 foi disponibilizado por meio do Aviso VPCRE nº 28/2025 para conhecimento dos procedimentos e prazos relativos ao cancelamento de inscrições e regularização da situação dos eleitores e eleitoras que deixaram de votar nas três últimas eleições, em cumprimento ao previsto na Resolução TSE Nº 23.737/2024 (cronograma operacional do cadastro). Ademais, foi feito o acompanhamento dos relatórios com as pendências apontadas, com envio de mensagens eletrônicas às zonas eleitorais, a fim de cumprirem os prazos estipulados no provimento e no cronograma operacional do cadastro.

2.16.2 - Controle das justificativas por ausência às urnas sem registro de ASE 094

Os Ofícios-Circulares CGE 27/2025 e 28/2025 encaminharam listagens de eleitores vinculados ao estado do Rio de Janeiro que possuem em seus cadastros ASE de justificativa eleitoral por ausência às urnas nos pleitos 2022 e 2024, respectivamente, mas sem o respectivo ASE 094 ativo referente a ausência às urnas. Todas as Zonas Eleitorais relacionadas foram instadas a realizar diligências para apurar os motivos que levaram a essa situação por meio dos Ofícios-Circulares VPCRE nº 01/2025 e nº 02/2025, encaminhados pela SESACE, que está acompanhando e dando as orientações pertinentes para o envio da resposta a ser remetida à CGE.

2. DEMAIS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

2.17 Justificativa por ausência às urnas

Foi realizado o acompanhamento e a fiscalização das Zonas Eleitorais quanto ao tratamento dos requerimentos de justificativa por meio de consulta aos relatórios emitidos pelo sistema JUSTIFICA.

Além disso, houve a disponibilização, na página da VPCRE na intranet do TRE/RJ, de requerimentos coletivos de justificativas referentes ao pleito 2024 para tratamento das Zonas Eleitorais, assim como o controle do tratamento dos referidos requerimentos.

3. PRINCIPAIS PROJETOS PROGRAMADOS E ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS EM 2026

3.1 Atualização do curso “Atendimento Básico de Eleitores e Eleitoras”

Atualização dos vídeos e materiais do curso no Portal de Educação à Distância (Portal EAD) do TRE-RJ

— Modalidade: virtual

— Público-alvo: Servidores e servidoras com lotação em zonas eleitorais e na sede.

3.2 Modernização e simplificação da Página de Atendimento On-line

Atualização da página de atendimento visando à simplificação e facilitação da navegação e acesso aos serviços eleitorais relacionados ao cadastro eleitoral, utilizando-se de linguagem simples.

3.3 Manual Eletrônico Gerir Cartório

Em consonância com a diretriz de simplificação de processos e utilização de soluções tecnológicas, está em fase de planejamento a implementação do Manual Eletrônico Gerir Cartório. Este projeto estratégico visa transformar o material de consulta sobre Gestão do Cartório, antes disponível em formato PDF, em uma página de fácil navegação e consulta, garantindo que as orientações e normativas dos cartórios eleitorais sejam acessíveis, padronizadas, de fácil e ágil atualização. A iniciativa otimizará o fluxo de trabalho interno e a gestão do conhecimento.

3.4 Ampliação da Plataforma Radar

Em continuidade ao projeto da Plataforma Radar, está prevista a inclusão de informações relacionadas aos sistemas Justifica e Infodip, transformando este *hub* de sistemas de gestão cartorária em uma ferramenta mais completa.

3.5 Implementação do atendimento individual fora das instalações da Justiça Eleitoral, nos moldes do Provimento CGE nº 03/2025

Em consonância com o Provimento CGE nº 03/2025, a implementação do atendimento individual fora das instalações da Justiça Eleitoral encontra-se em fase de estudo.

A iniciativa tem como objetivo levar o atendimento de operações de RAEs a pessoas que estão inviabilizadas de comparecer às unidades de atendimento da Justiça Eleitoral.

3. PRINCIPAIS PROJETOS PROGRAMADOS E ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS EM 2026

3.6 Aprimoramento do sistema Infodip

Tratativas com o TJRJ para o aperfeiçoamento no encaminhamento das comunicações no Sistema Infodip, a fim de que se evitem as duplicidades, comunicações com erro, comunicações com campos não preenchidos.

4. PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO

Projeto Reestruturação dos Projetos Socioeducativos (PROJEEDU)
<u>Projeto</u> "Gestão do Processo Fiscalizar Propaganda Eleitoral"
Grupo de Trabalho Documentação (GT DOC) do Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Acesso à Documentação Básica (COESUB)
GTM/TRE-RJ - Grupo Permanente de Treinamento de Mesários e Colaboradores (Portaria DG nº 47/2024)
GT-MPFE - Grupo de Trabalho visando à atualização do Manual de Processamento de Feitos Eleitorais (Portarias VPCRE nº 38/2023 e 53/2023)
GT-MULTAS
GT-MULTICANAIS
GT - FECHAMENTO DO CADASTRO
Comitê Gestor da Carta de Serviços ao Cidadão (CGCASCI)
<u>Comitê</u> Gestor dos Portais (CGP)
Comissão Permanente de Eficiência da Prestação Jurisdicional (CPEFJU)
Comissão Permanente do SADP (COMSADP)
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)
<u>Comissão</u> Permanente de Avaliação de Documentos (COPAD)
<u>Comissão</u> da Auditoria da Votação Eletrônica (CAVE)
<u>Laboratório</u> de Inovação e Objetivos Sustentáveis (LIODS)

Sendo essas as informações essenciais para o momento, finaliza-se o presente Relatório de Atividades desta VPCRE/RJ.

Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 2025.

Desembargador Claudio de Mello Tavares
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Rio de Janeiro